UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS - RIO CLARO

ECOLOGIA

MARJORIE MERIGHI ROBATTINI

"Natureza privada": A percepção ambiental dos condôminos sobre a preservação de áreas verdes urbanas e sua importância no planejamento urbano e manejo dos remanescentes.

Rio Claro
2016

Marjorie Merighi Robattini

“Natureza privada”: A percepção ambiental dos condôminos sobre a preservação de áreas verdes urbanas e sua importância no planejamento urbano e manejo dos remanescentes.

Orientador: Profa. Dra. Maria Inez Pagani

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de Ecóloga.

Rio Claro
2016

301.3 Robattini, Marjorie Merighi
R629n "Natureza privada": a percepção ambiental dos condôminos sobre a preservação de áreas verdes urbanas e sua importância no planejamento urbano e manejo dos remanescentes / Marjorie Merighi Robattini. - Rio Claro, 2016
50 f. : il., figs., gráfs., tabs., fots.

Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Maria Inez Pagani

1. Ecologia humana. 2. Privatização da qualidade ambiental. 3. Urbanização difusa. 4. Conservação. 5. Mercantilização da natureza. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

“Natureza privada”: A percepção ambiental dos condôminos sobre a preservação de áreas verdes urbanas e sua importância no planejamento urbano e manejo dos remanescentes.

Marjorie Merighi Robattini
Orientação: Profa. Dra. Maria Inez Pagani

RESUMO

O estudo da percepção ambiental permeando a relevância da conservação dos fragmentos de áreas verdes urbanas é a temática do presente trabalho. Foi feito o levantamento de um breve histórico dos processos de urbanização difusa e privatização ambiental, bem como seus impactos na paisagem e na conservação de áreas verdes, apontando a relevância dos estudos da percepção ambiental na elaboração de políticas públicas de preservação e planejamento. A área de estudo é um condomínio residencial localizado na zona periférica do município de Ribeirão Preto/SP, que preservou em seu interior uma área de vegetação nativa. O presente estudo objetivou compreender qual é a percepção ambiental dos condôminos, sujeitos do estudo, em relação à área verde privada, além de avaliar como interagem com a área cotidianamente e quais os seus apontamentos sobre os benefícios diretos e indiretos da preservação, para a população e para a manutenção da qualidade ambiental. Para tal, foram aplicados questionários semiestruturados. Através da avaliação de suas respostas, pôde-se compreender mais da importância que é dada à preservação destas áreas e como ocorre, ou é construída, esta relação do homem com sua “natureza privada”; se é guiada pelo desejo inerente de viver próximo à natureza ou se confunde com os novos padrões de consumo e mercantilização da mesma. Conclui-se que as bases desta relação ainda se misturam, evocando a necessidade de práticas de educação ambiental que auxiliem na expansão da percepção ambiental e na construção do sujeito ecológico e que, desta forma, venham a contribuir com a elaboração de diretrizes sociais que contemplem a preservação e o manejo dos remanescentes privados e que reforcem a integração da comunidade com o ambiente natural.

Palavras–chave: privatização da qualidade ambiental; urbanização difusa; conservação; mercantilização da natureza.

ABSTRACT

The study of environmental's perception permeating the importance of conservation of urban's green areas of fragments is the theme of this work. It was made a brief historical survey about diffuse processes of urbanization and environmental privatization and its impact on the landscape and conservation of urban green areas, indicating the relevance of environmental perception studies in public policy development and conservation planning. The study area is a condominium complex located in the peripheral zone of Ribeirão Preto city, in São Paulo state, which preserved inside a fragment of native vegetation. This study aimed to understand what is the environmental perception of the shareholders, the study subjects, in relation to the private green area, and to evaluate how they interact with that area daily and which his notes about the direct and indirect benefits of conservation for the population and maintaining environmental quality. For this, semi-structured questionnaires were applied. By evaluating their responses, it is possible to understand more about the importance given to the preservation of these areas and how occurs, or is constructed, this human's relationships with ther "private nature"; if it is guided by the inherent desire to live close to nature or if is confused with the new patterns of consumption and commodification of it. It is concluded that the basis of this relationship are yet mixed, evoking the need for environmental education practices to assist the expansion of environmental awareness and the construction of the ecological being, hoping thus may contribute to the development of social policies that address the preservation and management of private remaining and also strengthen community integration with the natural environment.

Keywords: privatization of environmental quality; diffuse urbanization; conservation; commodification of nature.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 9
   2.1 Urbanização dispersa e os condomínios residenciais: breve contextualização 9
   2.2. O elo entre percepção ambiental e a preservação da natureza antropizadas 13
3. OBJETIVO 15
4. JUSTIFICATIVA 15
5. ÁREA DE ESTUDO 16
   5.1.Registros fotográficos 17
6. MÉTODO 22
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO 25
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS 44
9. REFERÊNCIAS 46

1.Introdução

O estudo do espaço urbano vem sendo cada vez mais importante, diante da intensificação dos processos de crescimento urbano no território brasileiro, potencializado consideravelmente desde a metade do século passado. Nos últimos 50 anos, o Brasil vem apresentando um quadro de intensificação do fenômeno de êxodo rural e de crescimento desenfreado da população urbana. Até a década de 60 o país apresentava uma taxa de urbanização de 44,7%. Em 2010, esta porcentagem já representava 84,36% da população brasileira (IBGE, 2010).

O estado de São Paulo possui uma população de aproximadamente 40 milhões de pessoas, deste grupo cerca de 37 milhões, ou seja, 93% destas pessoas, habitam áreas urbanas, quase não existindo população rural (MANCINI, 2008). Centros populacionais crescem em um ritmo acelerado e a cidade de Ribeirão Preto se encaixa nesta condição, estando entre as cidades de maior número de habitantes no interior do estado. Neste processo acelerado de urbanização, o desenvolvimento da cidade vem sendo prioritariamente direcionado por fatores econômicos e físicos, se dando, em grande parte, sem planejamento; resultando em grandes aglomerações, muitas vezes desprovidas de infraestruturas básicas para o bem-estar populacional, desconsiderando diversos aspectos estruturais de cunho ecológico, social e estético.

Atualmente, quase toda população urbana segue se deparando com diferentes problemáticas que deprimem significativamente os níveis de qualidade de vida. Fenômenos como formação de “ilhas de calor”, chuva ácida, poluição do solo e do ar, intensificação dos processos erosivos do solo, desmoronamentos, enchentes e secas, entre outros, ilustram esta afirmação e nos levam a caminhar rumo à novas perspectivas de planejamento urbano, contemplando a importância das áreas verdes na construção e manutenção dos espaços urbanos.

Segundo Loboda e Angelis (2005) o planejamento que não considera as áreas verdes pode ocasionar, além do empobrecimento da paisagem urbana, inúmeros problemas de diferentes amplitudes, devido a interdependência dos múltiplos subsistemas que coexistem numa cidade.

Sobre a importância da conservação das áreas verdes urbanas, Panasolo et al. (2014, p.2742) conclui:

> A conservação das áreas verdes urbanas tem papel fundamental no cumprimento da função social e ambiental das cidades, pois manter áreas

> verdes, como parte do planejamento ordenado da cidade é, talvez, a melhor prevenção de desastres ambientais que se possa fazer, além de garantir as reservas de água para o futuro, a paisagem e o clima equilibrados e adequados à vida.

Os benefícios ecológicos da conservação destes remanescentes em áreas urbanas estão relacionados com diversos fatores, tais como: retenção e estabilização do solo, além de manter a fertilidade e permeabilidade do solo; produção de sombra às margens dos cursos d'água, possibilitando a manutenção da temperatura adequada da água para a vida de diversas espécies de peixes e outros organismos aquáticos e terrestres inter-relacionados; abrigo da fauna existente; manutenção do clima e suavização de temperaturas extremas; influência direta na qualidade e umidade do ar, através de ações de fixação de poeiras, materiais residuais e da realização dos processos fotossintéticos; redução na velocidade dos ventos; minimização dos ruídos urbanos e integração das atividades humanas com o meio ambiente (GUZZO, 1999; LOMBARDO 1990).

Para compreender melhor os novos padrões de urbanização pode-se ler mais adiante o tópico "Urbanização dispersa e os condomínios residenciais: breve contextualização", onde é feita uma rápida explanação a respeito do processo de urbanização dispersa (ou difusa) que vêm se desenvolvendo em escala global, bem como suas problemáticas e subsequentes considerações, elucidando inclusive sua relação com os condomínios e seus indícios na cidade de Ribeirão Preto/SP .

Por hora, para a contextualização dos objetivos do presente estudo é essencial compreender que no padrão de urbanização dispersa há, entre outros aspectos característicos, uma larga extensão da malha urbana sentido às zonas rurais do município, quebrando os padrões periferia-centro anteriormente predominantes e sendo substituído por algo semelhante a uma rede difusa. A implantação de condomínios e residenciais nas margens das zonas urbanas são marcas deste processo. Neste quadro há a demanda por cada vez mais áreas de vegetação que antes estavam alheias ao processo de expansão urbana (CISOTTO; VITTAE, 2008). Como sujeitos essências deste padrão podemos dizer da população elitizada, que antes era ocupante dos centros urbanos, agora devido ao fácil acesso às vias de locomoção rápida, ao uso do automóvel como meio de transporte preferencial, além do desenvolvimento dos meios de comunicação, que permite que as pessoas

acessem e solicitem serviços da cidade e itens de lazer, como músicas, filmes e jogos, sentem-se encorajadas a viver distante dos grandes centros, fugindo da concentração urbana, da poluição visual, sonora e do ar, sem perder no entanto o acesso às facilidades urbanas, atendendo suas expectativas de consumir e usufruir das novas tendências também exploradas pelo capital imobiliário. As periferias, antes caracterizadas pelo processo de periferização das camadas sociais de baixa renda", enquanto os centros eram ocupados pela elite, passam agora a ser ocupadas por loteamentos e condomínios habitacionais de alta e média renda.

Os remanescentes das zonas rurais, já afetados pelas atividades antrópicas que os circundam, agora enfrentam um risco ainda maior. Uma vez que estão cada vez mais próximos do cinturão de crescimento da área urbana e, se já não estão englobados, em breve serão e estarão em risco de desaparecerem ou ainda serem substituídos por um paisagismo composto por espécies exóticas, que se caracteriza muito mais por sua condição ornamental do que ecologicamente funcional.

Conforme a legislação ambiental municipal, toda área residencial de condomínios é obrigada a preservar (ou reflorestar) uma parcela de área verde, inserida em seu loteamento, principalmente tratando-se de remanescentes nativos. Estas áreas verdes cercadas, por sua vez, precisam de atenção especial no planejamento urbano e manejo, já que embora continuem exercendo papéis importantes na qualidade ambiental, se encontram agora restringidas em suas funções ecológicas de conectividade, sendo esta a capacidade da paisagem de facilitar os fluxos biológicos dos organismos (METZGER, 1999) e proporcionar a percolação das espécies locais de uma ponta a outra dos fragmentos. A conectividade é então reduzida quando o fragmento de vegetação se encontra tem o seu acesso impedido por obstáculos naturais ou antrópicos, como muros ou cercas, que impeçam ou restrinjam a livre percolação da fauna local.

Muitos condomínios possuem áreas preservadas, mas não há muitos estudos que relatem a percepção ambiental dos moradores do condomínio e seus arredores. Segundo Monteiro et al. (2013) os estudos da percepção ambiental urbana "se dão por meio de marcas e sinais decorrentes da relação cotidiana do homem com um espaço específico, os quais se dispersam na paisagem urbana, natural e construída e nos hábitos que a caracterizam". Desta forma, através do estudo da percepção ambiental, pode-se conhecer melhor a população, suas satisfações e insatisfações e promover medidas e políticas que acompanhem as necessidades e interesses

populacionais, promovendo uma melhoria na qualidade de vida do ambiente urbano. É no uso dos espaços urbanos, de seus equipamentos e serviços, que se pode sentir diretamente o impacto da qualidade ambiental. Os estudos que enfoquem a percepção da população diante da relação com estes espaços se fazem necessários para um melhor planejamento do território urbano (RIO; OLIVEIRA, 1999; MONTEIRO et al., 2013, p.22).

No intuito de contribuir com o que se sabe a respeito da percepção ambiental do grupo populacional, que usufrui e se relaciona com uma natureza privada, é que este estudo se realiza; havendo o desejo de compreender, através do estudo da percepção ambiental dos moradores de condomínio, até que ponto há a construção de uma consciência ecológica e passa-se a requerer essa qualidade de vida em seu meio urbano, ainda que através da privatização da qualidade ambiental; e até que ponto se está aderindo à estas condutas e escolhas ainda muito influenciadas pelo "capitalismo verde" , enxergando a natureza e o uso do solo como uma mercadoria do modismo, a ser consumida e associada a um *status* social.

2. Fundamentação teórica

2.1. Urbanização dispersa e os condomínios residenciais: breve contextualização

No fenômeno da dispersão urbana observa-se a antiga distribuição populacional contínua e concentrada, sendo substituída por um crescimento acelerado da malha urbana, caracterizado por uma distribuição descontinua, como uma rede difusa. Pode-se considerar que os processos de dispersão são resultados diretos da desigualdade social e subsequente segregação espacial das diferentes camadas sociais; uma vez que são evidenciados pelas existências de muros que "separam" ou segregam habitantes de condições sociais homogêneas; talvez sendo melhor definidos pelos conceitos de *autossegregação* (VASCONCELOS, 2013, p. 27), já que os indivíduos escolhem voluntariamente se isolarem em um grupo e área com entrada restrita e sistema de segurança e vigilância privados.

Assim a urbanização difusa reflete o cenário da desigualdade, mas seus efeitos e origens são muito mais complexos do que esta conclusão. Sua estruturação se dá,

na prática, pela formação de novos núcleos urbanos, em descontinuidade da malha urbana, articulados em infraestruturas de transporte e acessibilidade, como rodovias, vias expressas (VASCONCELOS, 2013, p. 20) e meios de comunicação que permitem o fácil acesso aos serviços urbanos e itens de lazer, como músicas, filmes e jogos, sem impor a necessidade de viver nas concentrações dos grandes centros. Estas condições encorajam as camadas da elite a estabelecerem residência nas áreas periféricas e, posteriormente, os serviços do comércio a fazerem o mesmo, para atender a demanda deste público crescente por serviços de suporte, tais como farmácias, padarias, postos de gasolina, lojas, restaurantes, etc.

Historicamente os centros sempre foram ocupados pela elite e ocorria uma periferização das populações pobres. Isto levou a uma supervalorização do lotes centrais e uma ocupação rápida e desordenada destas zonas, que hoje apresentam problemas de serviços urbanos relacionados a dificuldades de locomoção, a falta de fluidez na percolação veicular, poluição sonora, visual e do ar. As periferias das cidades, antes reservadas às camadas sociais populares, começam a ser ocupadas por loteamentos e condomínios habitacionais de alta e média renda que, aos poucos, vão substituindo os padrões dicotômicos de centro-periferia (MANCINI, 2008). O mercado imobiliário das grandes construtoras, cientes da saturação espacial nos centros e do estresse gerado pela desorganização destes espaços, passam a explorar e trabalhar em cima do marketing imobiliário das zonas periféricas que apresentam o potencial de exploração mercadológica.

O crescimento urbano disperso é também um dos reflexos destes novos valores inseridos pelo mercado e assimilados pela sociedade moderna, elevando as expectativas e padrões de consumo que se estabelecem no sistema capitalista, nada sustentável, e que induzem a privatização de serviços ambientais e sociais, orientados muito mais por fatores econômicos e mercadológicos bem camuflados, do que por um planejamento estruturado que considere fatores ambientais, sociais, psicológicos e estéticos, essenciais no estabelecimento de qualidade de vida no contexto urbano.

O elemento denominado “qualidade de vida” apresenta atualmente ditames sociais complexos, alicerçados em conceitos contemporâneos muito influenciados pelos quadros de desigualdades sociais desenvolvidos continua e lentamente nos últimos séculos, onde a forma de vida urbana vem se instalando na sociedade como

modelo majoritário. A respeito da criação do *slogan "qualidade de vida",* hoje utilizado sistematicamente no mercado mundial, Adorno (1999) afirma:

> As periferias, as cidades planejadas e bairros planejados, os "squats"[1] que aparecem nas regiões centrais deterioradas, fazem parte do cenário das cidades contemporâneas, da mesma forma que os espaços espetáculo, de zonas produzidas para serem vistas e seu marketing turístico cultural. Também o ritmo de vida, a insegurança no emprego, o sentimento de insegurança em relação às ruas e ao transito, podem coexistir com o *slogan* da "qualidade de vida". Qualidade de vida pode ser vista, assim, como uma utopia em relação ao problema da desigualdade e da diferença existentes na cidade, ou pode ser concebida como os espaços protegidos para as elites que nela vivem. Este segundo aspecto pode ser entendido através da criação de "espaços artificias" reais e virtuais: tratam-se dos espaços segregados, do uso de veículos hermeticamente fechados que os interligam - condomínios fechados, academias, prédios inteligentes, shopping centers, clinicas [...] Assim, grande parte da qualidade é identificada com a construção de espaços protegidos.

Estes novos padrões geram outros problemas ambientais e socioeconômicos ainda pouco estudados. As camadas sociais com maior influência econômica e politica deixam de cobrar pela qualidade de serviços públicos, numa reprodução do pensamento "quem pode pagar usufrui" da "qualidade de vida" e excluem a população de baixa renda, do usufruto destes serviços, segregando-se no espaço urbano e encorajando as políticas econômicas públicas a aderirem a privatização de serviços. É importante salientar que a população contribuinte, para além dos muros dos condomínios, acaba por pagar pelos custos de implantação e manutenção de infraestruturas (canalização de rios, impermeabilização do solo, aterramentos de várzea, iluminação de vias de acesso, etc.), que viabilizam a existência destes núcleos descontínuos da malha urbana, quase sempre sem usufruir das mesmas.

A respeito da dispersão urbana, ocorrendo de maneira nada sustentável, afirmam Cisotto e Vitte (2008, v.1, p.28) que as cidades brasileiras "ocupam vastas superfícies entremeadas de vazios, fruto da especulação fundiária e imobiliária, que provoca altos custos de instalação e manutenção da infra-estrutura […] ".

[1] Referência ao ato de ocupar um espaço ou construção, privado abandonado ou desabitado, com o objetivo de criar uma esfera de sociabilidade e vivência.

Nos cenários passados e atuais dos processos de urbanização, ainda que promovidos em contextos diferentes e por tecnologias distintas, é quase certo encontrarmos nas obras deste cunho, um (des)planejamento que visava solucionar necessidades iminentes, atendendo principalmente demandas da elite, sem considerar a possível desarmonia das obras com fenômenos naturais e a dessincronia existente entre esta forma de organização e o rápido crescimento da malha urbana. É exatamente nesta contradição que residem os principais problemas em torno da dispersão urbana, pois, a expansão desse padrão de consumo ao longo do globo, se dá com maior intensidade nos dias atuais e neles é que se encontram os desafios para a sustentabilidade urbana na tentativa de manutenção desse padrão (OJIMA, 2007).

Em Ribeirão Preto, durante a década de 90, foram aprovados 7 condomínios e 29 loteamentos. Entre 2000 e 2001 aprovaram-se 18 condomínios e 6 loteamentos. E em Outubro de 2002, já havia 56 processos em andamento para aprovação de condomínios (DACANAL, 2004), evidenciando estas novas tendências de ocupação, de crescimento urbano difuso e privatização de qualidade ambiental, dentro de um curto período de uma década.

Isto leva a demanda de áreas maiores de ocupação do solo. A extensão dos limites da malha urbana leva à ocupação de áreas que antes tinham uso agrícola ou eram áreas livres, ou áreas de vegetação nativa (CISOTTO; VITTAE, 2008) gerando impacto negativo pela fragmentação e retirada direta de vastas áreas de remanescentes de vegetação natural. Segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente, o Estado de São Paulo possuía originalmente 81,8% de sua área coberta por vegetação nativa; em 2009 restavam apenas 17,5% da área do estado ainda coberta por formações florestais (SMA, 2009).

Em um contexto histórico, os papéis que os espaços verdes assumem nas cidades têm sido consequência do momento em que se encontra a sociedade, bem como suas necessidades, gostos e costumes (LOBODA; ANGELIS, 2005).

Referente a isto BERQUE, 2008 afirma:

> Nos países ricos, por exemplo, a população de tipo urbano tende a substituir a antiga população camponesa pela decisão de comprar um imóvel mais ou menos longe dos centros com o desejo de morar próximo da natureza.

Este desejo por proximidade vem acompanhado pelo medo de expor-se ao novo e já desconhecido cenário natural, bem como à violência urbana que se origina na desigualdade. Assim, esta forma de ocupar o espaço é orientada não só pelo medo, mas pela necessidade de proteger-se e pelo desejo de consumir as novas tendências mercadológicas. Para Barbosa (2007, p.4),:

> [...] o condomínio não se apresenta apenas como necessidade, bem de consumo, espaço apropriado, produzido, ele também representa a transformação do solo em mercadoria, a ilusão de viver com qualidade em um ambiente seguro, confortável e que disponibilize lazer; ora assume um papel de refúgio para os males que afligem a sociedade contemporânea, ora aparece como revolução no 'modo de vida.

Se aprofundarmos nestes questionamentos veremos claramente uma busca alternativa e particular pela qualidade ambiental, que não só intensifica a segregação espacial das classes socioeconômicas, como reflete as restrições e ineficiência do planejamento público existente, diante de uma população que claramente passa a ansiar, dentre outros aspectos, por melhorias e por um maior contato com a natureza, dentro do ambiente urbano.

2.2. O elo entre percepção ambiental e a preservação da natureza antropizadas

Observa-se que para a sociedade urbana, os poucos fragmentos de áreas naturais restantes, cada vez mais assumem um valor ornamental, despertando uma admiração e anseio por proximidade, talvez pela escassez ou raridade em que se apresentam dentro do contexto urbano. Segundo Serrão (2007, p.19):

> Trata-se de uma nostalgia da natureza que é provocada pela sua própria raridade, a qual intenta ser recuperada na reconstrução de paisagens que nos remetem às florestas, mas que são domésticas e controladas pelo ser humano.

A partir desta afirmação, faz-se a reflexão acerca da crescente apreciação da natureza pelo humano, considerando seu valor estético visual, na medida em que ela

se tornou um elemento raro dentro da configuração territorial urbana e por consequência, tornou-se fruto de desejo de consumo e de *fetichização.*

Sobre a desvalorização da natureza ao longo da história da sociedade, em detrimento do ambiente urbano "civilizado", Salatino (2001, p.484) afirmou em seu trabalho:

> [...] temos uma longa história de valorização de tudo o que é civilizado e urbano, e de depreciação pelo que é natural e selvagem. Aliás, enquanto em certos setores da biologia, particularmente entre os ecologistas, o termo selvagem tem atualmente uma conotação positiva e designativa de algo puro e intocado pelo homem, para o restante da sociedade ele ainda é carregado de preconceito e entendido como indicador de comportamentos amorais ou avessos à boa ética civilizada.

Recentemente, no entanto, por influência do movimento ambientalista crescente nas últimas quatro décadas, pode-se perceber que muitos cidadãos citadinos passaram a associar esta paisagem natural com qualidade ambiental, denotando o início de uma aparente formação de consciência ecológica, ou ressignificação do ambiente natural, transcrita pela ânsia por proximidade. Cientes destas associações, os setores de propagandas e marketings utilizam isto como ferramenta mercadológica, para vender ideias, produtos e conceitos baseados na suposta integração com a natureza, em detrimento do consumo camuflado da mesma. Assim, o mercado imobiliário explora o consumo da natureza na venda de seus loteamentos e casas em condomínios residenciais, promovendo a ideia de que estas habitações podem oferecer qualidade ambiental e contato com a mesma. Essa condição de vida passa a ser restrita e limitada, tanto para quem está dentro, quanto para os habitantes do entorno, que são impedidos de se relacionarem com os supostos vizinhos e os elementos naturais, que se cercam de grades e muros.

É imprescindível que a população conheça e valorize os aspectos biológicos e climáticos que a vegetação desempenha e não perceba a natureza como um elemento decorativo, descontextualizado do meio urbano que é agora considerado natural pelo homem. Acima disto, é importante que se desenvolva pelo conhecimento e percepção uma relação de respeito e valorização do homem para com a natureza.

Sabe-se que a gestão e o planejamento da área urbana e de seus remanescentes devem ser capazes de contemplar as especificidades e

particularidades apresentadas por essas áreas e, de uma forma geral, a avaliação da percepção ambiental das pessoas que convivem cotidianamente com os remanescentes preservados, pode ser uma importante ferramenta no estabelecimento de diretrizes de manejo das áreas silvestres em propriedades urbanas privadas. Uma vez que o crescimento urbano se intensifica rapidamente, necessitamos minimizar seu impacto negativo, utilizando de estudos e práticas que auxiliem no estabelecimento e implantação de medidas de preservação do meio natural, que sejam aplicáveis e eficientes.

3. Objetivo

O presente trabalho objetiva o estudo da percepção ambiental de habitantes do condomínio residencial Bosque das Caviúnas, localizado na zona periférica de Ribeirão Preto/SP, a respeito de sua área de vegetação nativa preservada.

4. Justificativa

A preservação de uma área de vegetação nativa, dentro de um condomínio residencial, quebra o padrão de paisagismo exótico comumente utilizado nestes residenciais. Considerou-se relevante para a criação e aprimoramento de medidas de conservação de áreas privadas de vegetação nativa, entender como estes moradores percebem esta particularidade e o valor que conferem à área. Através da aplicação de questionários mistos, ou seja, com perguntas abertas e fechadas, almejou-se compreender quão conscientes eles são sobre os benefícios que a preservação das áreas verdes proporcionam para a qualidade ambiental dos habitantes e também como se dá, na prática, a relação deles com esta área verde privada. Se possível, ajudando a fortalecer a importância e o desenvolvimento de praticas de educação ambiental junto a sociedade urbana e da aplicação de medidas de preservação particularmente estabelecidas, na gestão de remanescentes de vegetação englobados por propriedades, nos centros e periferias de zonas urbanas. Abrindo ainda espaço para estudos futuros que questionem a eficiência da conservação de áreas fechadas, a busca pela privatização de serviços ambientais, que deveriam estar no alcance de todos, e a importância da construção de uma consciência ambiental que quebre as ideias dicotômicas Homem x Natureza, trazendo uma percepção mais

sensível à humanidade sobre o seu pertencer, de maneira ativa e inseparável, ao meio em que habita e aos processos ambientais que se dão a todo momento.

5. Área de Estudo

Foi selecionada como área de estudo um condomínio residencial detentor de uma área de vegetação nativa,. O condomínio foi construído próximo ao limite da atual faixa urbana de Ribeirão Preto e a construtora optou por manter a vegetação nativa no projeto paisagístico, para além do exigido por lei, ao invés de substituí-la por uma vegetação exótica.

O condomínio Bosque das Caviúnas (figura 1 e 2) foi construído em 2012 no Bairro São José, município de Ribeirão Preto/SP. A área de vegetação preservada é caracterizada como cerrado (figura 3) em contato com floresta estacional semidecidual e possui 5.3 hectares, se considerada apenas sua parcela com vegetação que também possui solo permeável (figura 4) . Considerando também a área de vegetação cujo solo passou por impermeabilizações algumas, incluindo as árvores que se encontram entre as construções e se conectam em um dossel com as demais árvores da área verde, a área chega a 6.3 hectares (figura 5).

Há uma subdivisão em seu interior, onde parte da vegetação encontra-se separada por uma cerca vazada (figura 6). Esta parcela era originalmente parte do lote da propriedade e foi doada para a prefeitura durante o desenvolvimento do projeto de construção. No entanto, embora preserve seu sub-bosque, encontra-se em situação de abandono por parte da prefeitura e pôde-se observar que alguns moradores do entorno invadiram a mesma, para criação de equinos e galinhas. A área total do perímetro doado a prefeitura foi inclusa na medida de 5.3 hectares de área verde com solo permeável, mas se considerada separadamente possui aproximadamente 6 mil metros quadrados (figura 7) .

Existem registros fotográficos aéreos e imagens de satélite do local e o registro mais antigo que foi encontrado é datado de 32 anos atrás (figuras 8 à 11) . Antes da construção do bairro (1984), fazia parte de uma propriedade privada rural, de intensa atividade cafeeira. Uma rodovia importante SP330 (Rodovia Anhanguera) de grande fluxo veicular, foi construída muito próxima do local estudado (aproximadamente 500m) e já fragmentava a fazenda antes do período de construção do bairro, separando o local de estudo de outros dois remanescentes de vegetação

nativa maiores e além de uma vasta área de monocultura de eucaliptos. Possivelmente estas áreas se conectavam anteriormente e poderiam servir de abrigo e passagem para fauna, além de trazerem melhores condições climáticas para a região, conhecida por suas altas temperaturas.

Ao observar imagens documentais junto a secretaria de planejamento de Ribeirão Preto, foi possível constatar na análise da paisagem o mosaico formado por tais remanescentes, bem como a intensificação dos processos de fragmentação e os vazios que claramente os permeiam, crescendo ao longo do tempo. Estas imagens no entanto, devido à baixa resolução, por serem muito antigas e não estarem digitalizadas, foram observadas no escritório da secretaria de planejamento de Ribeirão Preto, mas não foram liberadas para serem expostas de alguma forma no presente estudo.

A preservação da mata no interior do residencial não é total, uma vez que se encontra cercada por muros e telas, seu sub-bosque foi retirado e houve a extração, como forma de manejo, de muitos exemplares arbóreos que se encontravam em condições de risco, possibilitando que os moradores utilizassem a área para o lazer com maior conforto e segurança. Apesar disto, foi aplicado um replantio de mudas nativas, nos locais onde foram extraídas as árvores antigas (figura 12), o solo continuou permeável, já que não foi cimentado (exceto por estreitos caminhos para caminhada dos moradores – figura 13), e seu dossel foi preservado. Muitas das mudas são de árvores frutíferas típicas da região e atraem diversas espécies de aves, pequenos primatas e roedores; exercendo uma importante função na ecologia da paisagem.

5.1. Registros fotográficos

Seguem abaixo registros fotográficos obtidos em levantamento documental junto a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Ribeirão Preto, juntamente com imagens de satélite do banco de dados do Google Earth e registros fotográficos feitos pela autora, referentes a áreas do condomínio (áreas construídas, áreas verdes, áreas de lazer e etc.).

Figura 1. Foto da entrada do condomínio.

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora (2016).

Figura 2. Foto da área de estacionamento e convivência, com área verde ao fundo.

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora (Junho, 2016).

Figura 3. Foto da área central com árvores retorcidas, características de cerrado.

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora (Junho, 2016).

Figura 4. Foto de satélite com marcação de área de vegetação que possui solo permeável, datado de 2016, a 300 metros de altitude.

Fonte: Banco de dados do Google Earth, 2016.

Figura 5. Foto de satélite com marcação de área de vegetação, considerando também vegetação com solo impermeável, à 300 metros de altitude.

Fonte: Banco de dados do Google Earth, 2016.

Figura 6. Foto da área de vegetação cercada, doada para a prefeitura, com o sub bosque ainda preservado.

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora (Junho, 2016).

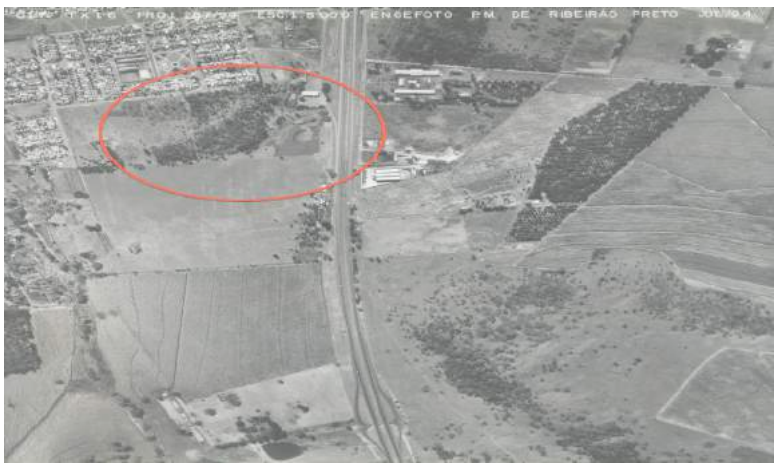
Figura 7. Foto de satélite delimitando a área verde cujo sub bosque não foi retirado e que hoje pertence à prefeitura. Datada de 2016 à 300 m de altitude.

Fonte: Banco de Dados do Google Earth Pro (2016).

Figura 8. Foto aérea da área datada de 1984.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Ribeirão Preto.

Figura 9. Foto aérea tirada datada 1994.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Ribeirão Preto.

Figura 10. Foto aérea datada de 2001.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Ribeirão Preto.

Figura 11. Fotos de satélite em 2010

Fonte: Banco de dados do Google Earth.

Figura 12. Foto de mudas de espécies arbóreas nativas recém-plantadas.

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora (Junho, 2016).

Figura 13. Foto do interior da área com espécies arbóreas, ausência de sub-bosque e solo permeável, exceto pelas passarelas cimentadas.

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora (Junho, 2016).

6.Método

Foram elaborados questionários mistos (semiestruturados), com perguntas abertas e fechadas, de forma a reunir dados quantitativos e qualitativos (GIL, 1999). Dados quantitativos podem ser avaliados em número e analisados e os qualitativos vão trabalhar a relação entre o sujeito e o mundo, identificando e analisando dados não mensuráveis, como sentimentos, sensações e claro, percepções. Estes questionários foram aplicados em apenas uma etapa, após a submissão e aprovação de todo o protocolo de pesquisa junto ao Comitê de Ética, e foram respondidos por conta dos participantes convidados, sem a presença da pesquisadora. Foi considerado que desta maneira o participante poderia responder sem pressa e com o mínimo de constrangimento possível. Tratando-se de um trabalho de percepção julgou-se que para o objetivo do trabalho, seria interessante que o participante fizesse sua interpretação com a mínima interferência. Os dados de contato da pesquisadora estavam sempre disponíveis, de qualquer forma.

Os sujeitos do estudo foram moradores de um condomínio residencial, localizado às margens do município de Ribeirão Preto - SP e detentor de uma área de vegetação nativa parcialmente preservada. O condomínio possui 14 torres residenciais, cada uma com 4 andares e 6 apartamentos por andar, sendo que nem todos os apartamentos estavam ocupados. Aplicou-se o questionário à 1 morador por

torre. Para a seleção dos participantes, que responderam o questionário, foi feito um sorteio aleatorizado, utilizando os números dos apartamentos existentes nas torres. Assim não foram sorteados moradores específicos, mas apartamentos. O convite para a participação da pesquisa foi feito presencialmente e nesta ocasião, diante da aceitação do morador em participar, foram entregues os questionários sem prévia determinação de qual morador do apartamento sorteado responderia. Foi apenas explicado que seria necessário apenas um morador responder, respeitando o método proposto.

Todos os moradores dos apartamentos primeiramente sorteados aceitaram responder o questionário, concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o assinaram. Totalizando então em 14 questionários respondidos. Estes foram aplicados em apenas uma etapa, respondidos pelos próprios participantes/moradores.

Foram feitos registros fotográficos da área de estudo e coletadas informações em pesquisa documental, a respeito do histórico de planejamento ambiental e paisagístico, dos condomínios em Ribeirão Preto, junto às Secretarias municipais do Meio Ambiente e do Planejamento e Desenvolvimento.

Segue abaixo o questionário proposto para a pesquisa, para que o leitor tenha conhecimento das questões :

Entrevista com os moradores do condomínio:

- Gênero do entrevistado:
( ) masculino ( )feminino

- Idade do entrevistado: ___.

- Grau de escolaridade do entrevistado:
( ) analfabeto
( ) ensino fundamental incompleto / ( ) completo
( ) ensino médio incompleto / ( ) completo
( ) ensino superior incompleto / ( ) completo

- Profissão:_____.

- A quanto tempo você mora no condomínio Bosque das Caviúnas?

- O que você mais gosta no condomínio?

- O que você entende por meio ambiente?

- Para você a área verde do condomínio tem algum valor/ importância? Qual?

- Você costuma frequentar áreas verdes públicas em Ribeirão Preto?
( ) sim

( ) não

- Qual a frequência que você costuma visitar a área verde do condomínio?

( ) Mais de uma vez ao dia
( ) Diariamente
( ) Semanalmente
( ) Algumas vezes ao mês
( ) Raramente
( ) Nunca

- Quais as vantagens que você observa na preservação desta área verde?
( ) Benefícios estéticos.
( ) Benefícios ecológicos.
( ) Benefícios para a saúde.
( ) Benefícios Psicológicos .
( ) Benefícios sociais.
( )Mais de um beneficio. Quais?_____ __.
( ) Nenhum beneficio.

- Quais as desvantagens que você observa na preservação desta área?

- Você considera importante a preservação de áreas verdes dentro do ambiente urbano? Porque?
_____.

- Em sua opinião, as pessoas que possuem acesso, ou que moram próximas a uma área verde possuem melhor qualidade de vida?

-Você já avistou a presença de algum animal na área verde do condomínio? (mamíferos, primatas, roedores, anuros, serpentes, aves...)

Em uma escala de 0 a 10, qual o grau de importância que a presença da área verde no condomínio teve em sua decisão de viver no residencial?
_____.

- O que você entende por um ambiente com qualidade ambiental?

- Você sabia que a área verde que se encontra preservada no condomínio Bosque das Caviúnas é uma área de vegetação nativa?
( ) sim
( ) não

- Você gostaria de ter mais informações a respeito da vegetação que se encontra preservada em seu condomínio?
( )sim
( )não

- O que você pensa sobre a implantação de avisos ou placas com conteúdo informacional a respeito das espécies vegetais e animais que existem/frequentam a área verde de seu residencial?

- Você sabia que a área verde que se encontra fora, mas na fronteira do condomínio foi doada para a prefeitura antes da construção do mesmo?
( )Sim
( ) Não

- O que você gostaria que fosse implementado nesta área que agora pertence a prefeitura?

- A respeito da presença de áreas verdes preservadas na cidade de Ribeirão Preto, você considera:
( ) há muitas áreas preservadas na cidade
( ) há áreas suficientes preservadas na cidade
( ) há poucas áreas verdes na cidade
( ) deveriam haver mais áreas verdes preservadas na cidade.
( ) não é importante a preservação destas áreas.
Porque?_____

- De quem você pensa que é a responsabilidade da preservação de áreas verdes urbanas?

- A respeito do serviço público na manutenção de áreas verdes (fragmentos, praças, jardins, canteiros...) na cidade de Ribeirão Preto, você considera:
( ) Muito eficiente
( ) Razoável
( ) Poderia ser melhor
( ) Muito Ruim
( ) Péssimo

- Por quê você escolheu mudar-se para este condomínio?

- Descreva resumidamente atividades que você gosta de realizar quando visita áreas verdes publicas ou de seu condomínio?

7. Resultados e Discussão

As questões foram discutidas na ordem em que apareceram no questionário. A partir das respostas dadas pelos participantes entrevistados foi feita uma tabulação dos dados de modo a considerar o perfil dos moradores e abrir a discussão dos resultados .

Quanto ao gênero dos moradores que responderam aos questionários, uma maioria significativa dos participantes era do gênero feminino, onde num total de 14 moradores entrevistados, apenas 3 eram do gênero masculino.

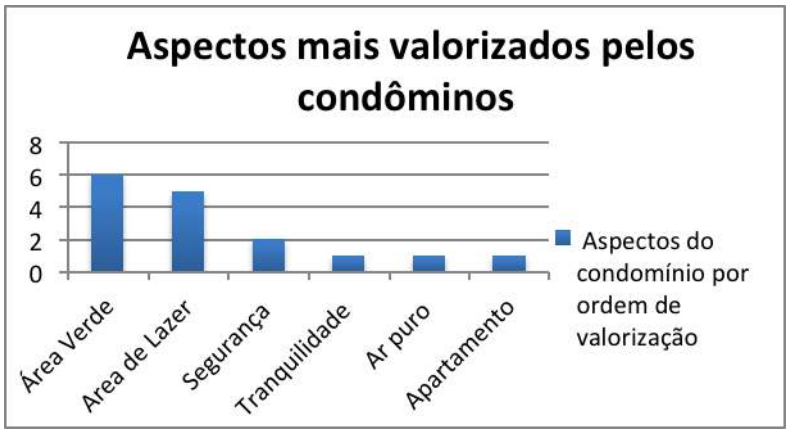
A respeito do grau de escolaridade observou-se que todos os moradores participantes da pesquisa possuíam grau de escolaridade do ensino superior, sendo 12 com superior completo e apenas 2 com superior incompleto. Esta informação talvez abra espaço para discutir-se se o grau de escolaridade em sua maioria conrrespondente ao grau superior, pode ser relacionado com um perfil de morador de média a alta renda. Este perfil é esperado nos condomínios residenciais, uma vez que apresentam taxas de condomínios mensais de valor elevado, para manter todos os serviços privados que o competem.

As profissões exercidas pelos participantes foram variadas, sendo que as qe tiveram maior numero de representantes foram empresários (3), gerentes (2) e advogadas (2). As demais profissõe, com um representante cada, foram: médica, vendedor, corretora de imóveis, psicóloga, encarregado de transportes, blogueira e bancária.

Dos participantes, 11 vivem no condomínio de 1 a 3 anos, enquando 3 deles vivem a menos de 1 ano.

Logo no inicio do questionário encontra-se a questão: *" O que você mais gosta no condomínio?".* A questão era aberta, no entanto as respostas foram bastante semelhantes. Assim, para criar um gráfico, foram considerados os 6 aspectos mencionados como mais valorizados pelos condôminos na resposta desta questão. Para o aspecto "Área verde" foram agrupadas as palavras "bosque" e "arborização", que apareceram uma vez cada. Esta escolha foi feita por considerar que a área verde existente corresponde ao chamado "bosque" e as árvores, por sua vez, são os elementos contituintes do mesmo. No gráfico 1 pode-se observar uma melhor ilustração dos resultados.

Gráfico 1. Aspectos relativos ao condomínio, mencionados como mais valorizados pelos condôminos, organizados por quantidade de vezes em que foram citados nas respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Entende-se que essa categorização de aspectos possa ser subjetiva, uma vez que a área de lazer pode ser englobada pela área verde, sendo se não uma menção a mesma coisa, provavelmente parte constituinte uma da outra. Não ficando claro se os moradores apreciavam a área verde, que circundam as estruturas construídas para o lazer dos moradores, ou ainda se a menção a "área verde" poderia ser separada da

categoria de “área de lazer”, uma vez que são estruturas que se inter-relacionam e se diferenciam apenas em parte, por serem menções a elementos naturais e a elementos construídos (piscina, quadras esportivas, pistas de corrida, etc), que não deixam de formar juntos um ambiente em comum. Todos os aspectos mencionados remetem a qualidade ambiental, talvez exceto pelo item “apartamento”, permeando caracteres de cunho estrutural, ecológico, social e psicológico. Sendo os mais citados relativos principalmente as atividades de lazer que os acompanham.

É interessante levantar alguns conceitos e definições tangentes ao termo “área verde”, já muito discutido por outros autores e que podem esclarecer os critérios adotados no presente trabalho. Cavalheiro e Del Picchia (1992) preferem o termo “área livre” ao invés de área verde, defendendo que uma área verde sempre será um espaço livre. Assim este último termo seria mais abrangente, podendo inclusive englobar águas superficiais. Para Cavalheiro e Del Picchia (1992, p. 31):

> Os espaços livres desempenham basicamente papel ecológico, no amplo sentido, de integrador de espaços diferentes, baseando-se, tanto no enfoque estético, como ecológico e de oferta de áreas para o desempenho de lazer ao ar livre.

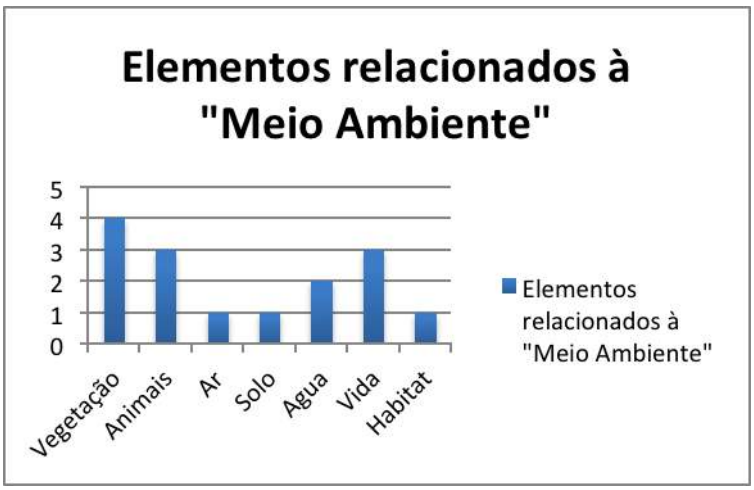
Já para Toledo e Santos (2008) “ as áreas verdes são espaços destinados à preservação ou implantação de vegetação ou ao lazer, sendo fundamentais para a qualidade ambiental da população”, podendo ser áreas públicas ou particulares. Alguns autores defendem a conceituação de uma área verde de forma mais específica, também relacionando-a com a presença de solo livre de impermeabilizações, sendo necessário que, para ser uma área verde, haja vegetação com constituição de pelo menos 70% de solo permeável (GUZZO, 2006). Esta condição se aplicaria a área verde presente no condomínio já que esta possui em toda sua extensão, 70% ou mais de solo permeável e está destinada à preservação da vegetação e ao lazer.

A próxima questão: “O que você entende por meio ambiente?”, apresentou respostas variadas. Segundo o Artigo 3o., inciso I, da Lei Federal 6.938/81 de Politica Nacional do Meio Ambiente (PNMA, 1981), “meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influencias e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. ”

Aqui compilou-se por quantidade de menções, conforme as atribuições citadas no entendimento de meio ambiente. A maioria dos moradores falou sobre o seu entendimento do meio ambiente citando uma ou até três palavras-chave. O gráfico 2 demonstra a relação de elementos, palavras, atributos e/ou aspectos trazidos pelos condôminos, a respeito de seu entendimento do meio ambiente. Posteriormente cita-se as respostas um pouco mais elaboradas pelas condôminos.

Foi feito uma agrupamento de elementos conforme características intrínsecas de cada um. Considerando, por exemplo, menções como: “Plantas”, “Vegetação” e “Verde”, todos dentro de uma mesma categoria, chamada apenas de “Vegetação” (gráfico 3). No entanto, para se agrupar vida, animais e habitat esta forma de organização não seria funcional, uma vez que a vida está relacionada também com as plantas e com os aspectos físico-químicos mencionados (ar, solo e água). Bem como habitat, que poderia englobar todo o resto.

Gráfico 2 . Elementos relacionados pelos condôminos, na questão sobre seus entendimentos de Meio Ambiente, agrupados por similaridade.



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Considerou-se razoável concluir que há uma compreensão de que o meio ambiente se trata de um conjunto de recursos ambientais (vegetação, animais, ar, água, rocha e solo) que se relacionam, segundo o entendimento dos condôminos. No entanto esta forma de organização das respostas não se faz claramente presente. Inclusive a menção dos humanos como parte do meio ambiente, ou ainda pertencentes ao elemento “Animais” , também não se fez presente. Isto abre espaço para questionar-se sobre a percepção dos participantes quanto à pertencerem ao

meio ambiente ou não. Talvez no aspecto “Vida” , uma vez citado como entendimento de meio ambiente, possa-se dizer que sim, mas esta interpretação não é clara.

Apenas 4 moradores participantes responderam esta questão com um pouco mais de desenvolvimento. Suas respostas foram: *“é a relação dos seres entre si e a natureza”*, *“um sistema de elementos naturais e artificiais que se relacionam”, “um conjunto natural que inclui vegetação e meio ambiente”* , *“ é o local onde vivemos”* e por fim “*meio em que vivemos e interagimos”.*

A questão sobre a importância dada à área verde presente no condomínio, foi colocada da seguinte forma: “Para você a área verde do condomínio tem algum valor/ importância? Qual?”. Nenhuma resposta foi negativa. Todos os participantes afirmaram que a área era importante. A respeito desta importância, encontramos as seguintes respostas: *“proporciona contato com a natureza”*, *“ importância estética e de bem-estar”*, *“importante para a saúde”, “ é essencial”, “ar limpo”, “o grande diferencial do condomínio”* e *“traz qualidade de vida”*, Todos trouxeram afirmações positivas sobre o valor/importância da área verde, sendo que “*contato com a natureza*”, “*saúde*” , “*ar limpo*” e “qualidade de vida” foram mencionadas mais de uma vez cada. Falando sobre a relação de todos os elementos citados com a qualidade de vida urbana e a as áreas verdes, Londe e Mendes (2014) afirmam:

> No contexto da qualidade de vida urbana, as áreas verdes, além de atribuir melhorias ao meio ambiente e ao equilíbrio ambiental; contribuem para o desenvolvimento social e trazem benefícios ao bem-estar, a saúde física e psíquica da população, ao proporcionarem condições de aproximação do homem com o meio natural, e disporem de condições estruturais que favoreça a pratica de atividades de recreação e de lazer.

Uma dos participantes afirmou que *“o verde acalma e traz benefícios terapêuticos”* e assim vem reforçar a afirmação de Salatino (2001, p.483) “Especialistas de diversos campos de estudo apontam os benefícios que a proximidade com plantas trazem para a saúde física e mental dos habitantes das cidades”. A percepção destes benefícios não se restringe aos especialistas e pesquisadores, mas se faz presente de maneira cada vez mais clara em diversos meios da sociedade moderna.

Sobre a visitação às áreas verdes públicas, pode-se observar que 79% (11 participantes) frequentam as áreas verdes públicas da cidade de Ribeirão Preto,

enquanto 21% (3 participantes) afirmaram não frequentar. Pôde-se observar que o acesso a uma área verde privada não anula o interesse em frequentar áreas verdes públicas, no entanto para compreender melhor esta afirmação seria interessante coletar o seguinte dado: “se não frequenta áreas públicas, qual a razão?”. Assim, abrindo para outra reflexão, onde busca-se compreender de que maneira o acesso às áreas verdes privadas poderia levar o usuário a desconsiderar a necessidade, ou a relevância, da existência destas áreas públicas, enquanto algo a ser cobrado do poder público e não como algo que possa ser “sanado’” apenas por vias da privatização. Ou ainda avaliar se este comportamento seria uma simples autopreservação, em detrimento da falta de segurança ou manutenção encontradas nas áreas públicas, fazendo com que os habitantes do município, com acesso às áreas verdes privadas, se sintam desencorajados ou desestimulados a frequentar as áreas públicas. Além claro, de outras possibilidades de respostas e considerações que poderiam surgir a partir deste questionamento.

Referente à frequência em que visitam a área verde presente no interior do condomínio obteve-se o gráfico 3:

Gráfico 3. Frequência de visitação à área verde privada.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

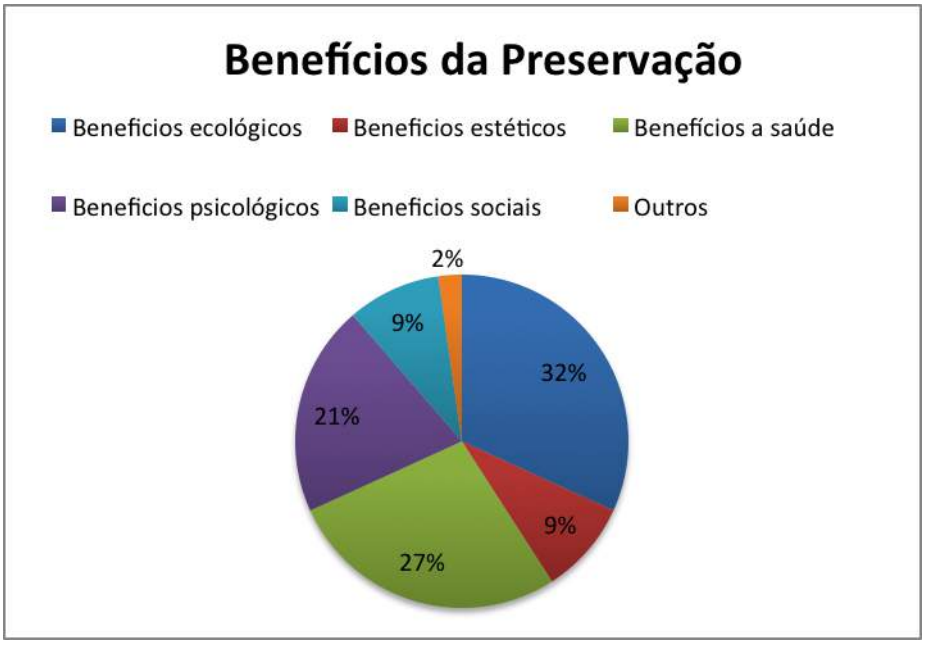
Assim, 57% dos entrevistados frequentam semanalmente, 21,5% diariamente e 21,5% algumas vezes ao mês.

Sobre as duas últimas questões a respeito da frequência em áreas verdes, públicas e particulares, os dados demonstram que 79% dos participantes frequentam áreas verdes públicas em Ribeirão Preto e que 100% dos participantes frequentam a área verde particular, evidenciando que a maioria entrevistada valoriza a existência de áreas verdes públicas, independentemente de terem ou não acesso as áreas verdes privadas.

Outro dado que seria complementar a esta questão poderia tratar a respeito dos dias da semana em que as pessoas normalmente dispõe de tempo livre para frequentar as áreas verdes enquanto forma de lazer; se mais aos finais de semana, em dias fora da rotina de trabalho, se ao final do expediente durante a semana ou ainda se este fator é indiferente. Este conhecimento é importante no tanger de iniciativas públicas de incentivo a atividades de lazer e de logística na promoção de eventos sociais ao ar livre por parte do poder público, priorizando os dias mais convenientes para o maior grupo de pessoas possíveis.

Quando questionados a respeito dos benefícios observados na preservação da área verde no interior do condomínio, todas as respostas indicaram mais de um beneficio. O gráfico 4 apresenta a porcentagem de vezes em que cada benefício foi assinalado ou citado.

Gráfico 4. Benefícios apontados como vantagens da preservação da área verde do condomínio.



Fonte: Elaborado pela autora (2016) .

Os maiores benefícios apontados como vantagens da preservação da área verde do condomínio são: ecológicos, de saúde e psicológicos, respectivamente. Seguidos de benefícios estéticos e sociais, igualmente assinalados e a categoria outros, assinalado apenas por uma pessoa, que especificou em sua resposta, como sendo relativos à segurança e o lazer.

Quando questionados a respeito das possíveis desvantagens existentes na preservação desta área, 13 pessoas responderam não haver, ou não perceberem, desvantagens. Apenas um participante respondeu que havia uma desvantagem: *"Os pais das crianças pensam que podem 'terceirizar' os cuidados dos filhos, responsabilizando o condomínio, deixando-os livres no bosque".* Esta afirmação revela a preocupação do participante, de que as crianças não sejam observadas pelos pais ao utilizarem a área para o lazer, fazendo com que diante de algum possível acidente, a administração do condomínio seja responsabilizada. A responsabilidade dos pais não deve ser anulada, diante de algum comportamento impróprio dos filhos nas áreas de convívio comum ou ainda de algum acidente, mas todavia enquanto esta situação revela um aspecto negativo também traz uma reflexão acerca de seu contraponto, que remonta uma constatação, de certa forma positiva, onde os pais se sentem tão tranquilos quanto à segurança das crianças na área, a ponto de permitirem que elas brinquem e aproveitem livremente sem a necessidade de vigilância, que viria do medo que sofressem alguma violência.

Este cenário de liberdade e tranquilidade no relacionar-se com o meio em que se vive, nas ruas e praça, com os vizinhos e outros membros da comunidade local, se torna raro no atual quadro social e tem raízes estabelecidas dentro das grandes cidades, pela falta de segurança que se sente, tanto diante da violência que de fato ocorre, como pelo medo da possibilidade de violência, que se encontra também no imaginário das pessoas, sendo o tempo todo fomentado pela mídia e outros setores sociais, como uma cultura contemporânea a ser assimilada. A isto dá-se o nome de "cultura do medo".

Assim, "o medo da violência urbana passa a fazer parte da herança social, da comunidade cultural, a ser transmitida às gerações mais novas" (ECKERT, 2002). A busca pela tão sonhada liberdade, encontra sua contradição nos jardins privados, murados, com cercas eletrificadas, vigiados por câmeras e seguranças contratados, onde o desejo de se aproveitar o meio de forma "livre" e "segura" leva à segregação em enclaves fechados e a uma naturalização do medo. Esta forma de viver e ver o

mundo é transmitida às gerações mais novas ao serem impedidas de saírem de casa e criarem vínculos ambientais, temporais e sociais com seu meio, desfrutando do lazer no ambiente urbano em que vivem e se relacionando com seus vizinhos, fortalecendo os padrões de individualismos inerentes ao isolamento. Este resultado vem de uma tentativa de conviver com o problema da segregação e desigualdade social ao invés de solucioná-lo, já que esta segunda opção parece encontrar-se em esferas distantes das praticas do cotidiano dos moradores urbanos, trazendo um sentimento de impotência e resignação. Daí também a importância de se compreender e trabalhar as questões de percepção ambiental enquanto uma importante ferramenta na construção e reestruturação do cenário socioambiental.

Sobre a questão: " Você considera importante a preservação de áreas verdes em ambientes urbanos? Por quê?"; Todos os participantes disseram que sim. As justificativas de resposta foram variadas. A maioria dos participantes (5 pessoas) respondeu que achava importante pela qualidade do ar, em seguida a resposta mais mencionada foi que era importante para a qualidade de vida da população. Outras respostas igualmente mencionadas foram: *" traz benefícios visuais*", "é bom para a saúde", *" é importante para o equilíbrio do meio ambiente", "importante por fazer sombra e melhorar a temperatura"* e *"possibilita a diversidade de fauna"*. Um morador desenvolveu mais sua resposta, falando a respeito da importância da conscientização das pessoas dizendo que *" cada vez mais o verde é trocado por cimento e construções, com a conscientização das pessoas isso mudará, já esta mudando. Áreas permeáveis dentro da cidade devem existir, para que se colete mais água das chuvas".*

A pergunta: "Em sua opinião, as pessoas que possuem acesso ou que moram próximas a uma área verde, possuem melhor qualidade de vida?", obteve 100% de respostas afirmativas. Entre as justificativas encontramos: *" o clima é mais fresco"*, *"a qualidade do ar é melhor",* "*há um menor nível de estresse"*, *"maior troca com a natureza"*, *"mais saúde"*, *"principalmente quanto nos fatores psicológicos".*

Sobre avistarem a presença de algum animal na área verde do condomínio, apenas um participante disse nunca ter avistado nenhum animal. 13 participantes(92%) afirmaram já terem avistado e os descreveram. Muitos participantes descreveram os animais que já avistaram. Foram feitas 9 menções a respeito de aves/pássaros e as espécies mencionadas foram: Bem-te-vi (figura 14), beija-flor (na figura 15, exemplo de espécie), rolinha fogo-apagou (figura 16).

Houve uma menção à cobra, duas menções à pequenos primatas e uma menção à roedores, borboletas e formigas. 3 participantes mencionaram galinhas como animais avistados na área verde, no entanto estas são domésticas e vivem no condomínio; um dos moradores, em sua resposta, disse já terem sido catalogadas mais de 60 espécies de aves no condomínio.

Figura 14. Bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), avistado no condomínio da área de estudo em Ribeirão Preto-SP

Fonte: Foto de Paulo Guerra, disponível em: http://observatoriodeaves.blogspot.com.br, 2016.

F**igura 15.** Beija-Flor-Tesoura (*Eupetomena macroura*), como exemplo de espécie de beija flor já resgistrada em Ribeirão Preto-SP.

Fonte: Foto de Firmino Luciano Piton, Ribeirão Preto, 2011.

Figura 16. Rolinha (*Columbina squammata*), avistada no condomínio da área de estudo em Ribeirão Preto-SP

Fonte: Foto por Geremias Pignaton, 2010.

A empresa de jardinagem, responsável pela manutenção das áreas verdes, contratou um ornitólogo para catalogar as espécies de aves que visitavam a área (informação verbal). A intenção, pelo que se sabe, era utilizar esta informação para escolher as espécies de mudas arbóreas que seriam utilizadas no replantio. Abaixo três fotografias de registros feitos pela autora em visita à área, de espécies que não foram avistadas ou especificamente mencionadas pelos moradores.

Figura 17. Quero-Quero (*Vanellus chilensis*), avistado no local de estudo em Ribeirão Preto – SP.

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2016.

Figura 18. Sanhaço Cinzento (*Thraupis sayaca*), avistado no local de estudo em Ribeirão Preto – SP.

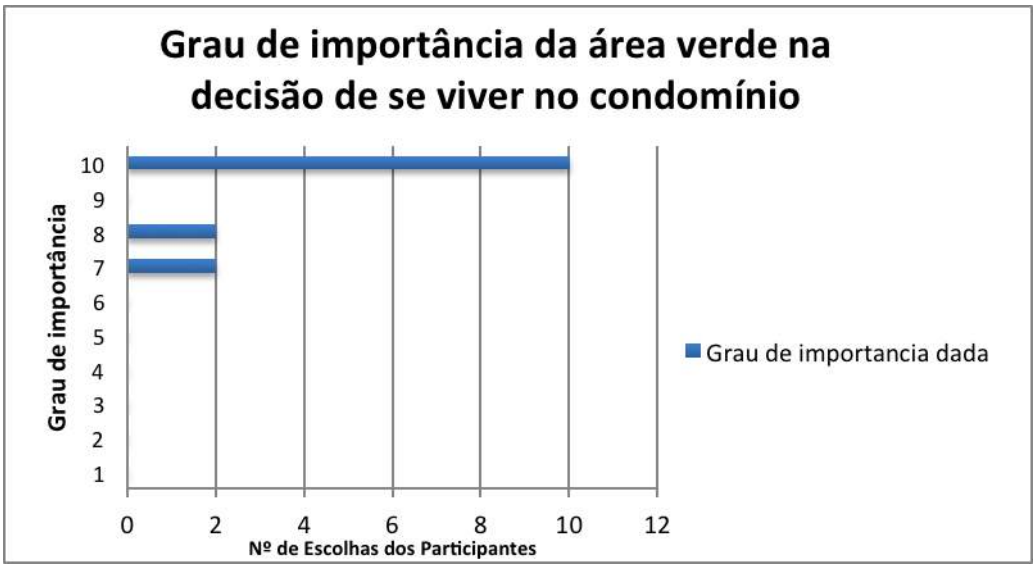
Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2016

Figura 19. Canário da Terra (*Sicalis flaveola*), avistado no local de estudo em Ribeirão Preto – SP.

Fonte: Registro fotográfico feito pela autora, 2016.

A próxima questão tratou do grau de intensidade (0 a 10) que cada participante concedia à influencia que a presença da área verde teve em sua decisão de viver no condomínio. Nas respostas (gráfico 7), 100% dos participantes concederam um grau de importância de 7 ou superior. Mais da metade dos participantes, 71,42%, conferiram o grau 10 de importância à presença da área verde, 14,29% conferiram o grau 8 e 14,29% conferiram o grau 7.

Gráfico 7. Grau de importância que a presença da área verde teve, na decisão do morador de ir viver no condomínio.



Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela 1 contém a relação de respostas referentes a questão: “ O que você entende por um ambiente com qualidade ambiental?”. Apenas um dos participantes optou por não responder a questão.

Tabela 1. Relação de respostas dos participantes sobre seus entendimentos de um ambiente com qualidade ambiental.

Questão: " O que você entende por um ambiente com qualidade ambiental?
RESPOSTAS
1)”Área verde com árvores e animais.”
2)”Entendo como qualidade ambiental o condomínio fazer reuso da água e reciclagem do lixo.”
3)”Preservação do nosso Aquífero Guarani.”
4)”Deve ter bastante área verde, água limpa e um ar puro para respirar.”
5)”Ambiente com área verde, som de pássaros, folhas no chão, ar mais puro e muita beleza.”
6)”Ambiente que promova a integração dos seres com a natureza”
7)”Ambiente que tenha sua natureza preservada, nos proporcionando melhor qualidade de vida.”
8)”Ambiente com área verde preservada.”
9)”Melhor qualidade de vida e saúde.”
10) “Um ambiente que integra a natureza como um todo, sem desmatamento e poluição, com ar puro e belezas naturais. Sem poluição visual da cidade.
11) “Um ambiente em que um não afete tanto o outro.”
12) “Um meio ambiente favorável, em seu estado de ar, agua solo e ecossistemas.”
13) “Que há preservação do ambiente.”
14) ----------

Fonte: Elaborada pela autora (2016).

A próxima questão tratou a respeito do conhecimento do tipo de vegetação presente da área verde do condomínio, onde com a pergunta “Você sabia que a área verde que se encontra preservada no Condomínio Bosque das Caviúnas é uma área de vegetação nativa?”.

Com a proposta desta questão, intencionava-se compreender se os moradores possuíam esta percepção sobre a área preservada corresponder a uma vegetação nativa e não uma vegetação exótica.

Dos participantes, 13 responderam que sim, sabiam que se tratava de uma área de vegetação nativa; enquanto apenas 1 participante respondeu que não. Para que fosse possível realmente avaliar estas respostas, seria importante haver um aprofundamento a respeito de seus entendimentos na diferenciação do que seria uma vegetação nativa e uma vegetação exótica e assim, posteriormente, trazer a questão sobre seu conhecimento do tipo de vegetação que se encontra preservada no interior do condomínio. Não ficou claro se havia uma compreensão do que seria uma vegetação nativa ou se as respostas foram conclusivas, baseadas em uma sugestão da própria pergunta.

Uma prática muito utilizada na educação ambiental é a introdução de placas informativas, ou trilhas ecológicas em ambientes preservados, trazendo informações a respeito da fauna e da flora que compõem o local, bem como o histórico da área e explicativos das interações ecológicas que seus componentes podem estabelecer. Estas práticas trazem uma aproximação do meio com as pessoas que o frequentam, criando laços interativos, onde a consciência ambiental vai sendo construída pela interatividade que a precede.

Duas questões tangentes ao tema foram propostas no questionário. A primeira “Você gostaria de ter mais informações a respeito da vegetação que se encontra preservada em seu condomínio?”, trazia como possibilidade de resposta SIM ou Não. Sobre desejar obter mais informações da área, 13 pessoas (92,85%) responderam que sim, enquanto apenas uma respondeu que não, sem justificativas. Alguns participantes responderam como pergunta aberta, acrescentando que gostariam de saber sobre *“animais que interagem com as plantas*” e *“época do ano em que nascem as plantas, os frutos e as flores”.* Este tipo de informação é importante para que se construa o conhecimento a respeito das interações ecológicas que ocorrem no meio, bem como suas questões sazonais e como isto se inter-relaciona. Uma maior

compreensão do funcionamento das relações ecossistêmicas pode influenciar no respeito que se desenvolve diante de cada um de seus elementos, uma vez que se entende sobre a importância das partes constituindo o todo, pode-se também desenvolver o entendimento da importância da preservação de cada fragmento florestal que constrói a paisagem.

A questão seguinte " O que você pensa sobre a implantação de avisos ou placas com conteúdo informacional a respeito das espécies vegetais e animais que existem/frequentam a área verde de seu residencial?" foi aberta, trazendo a possibilidade de discorrer sobre as repostas dadas. No entanto, todos responderam positivamente à ideia, mas muitos não desenvolveram, limitando-se a respostas como *"acho ótimo"* ou *"muito válido".* Dentre as respostas mais completas encontram-se *"seria muito educativo", "auxiliaria na preservação incentivando o cuidado com o meio", "traria mais conhecimento sobre o local onde moramos"* e por fim *" seria muito bom para as crianças".*

Dois participantes responderam a questão mencionando as crianças, o que abre para o questionamento de se não considerariam importantes para si mesmos, mas apenas para as crianças; o que poderia remeter a ideia de que o adulto possa já se sentir suficientemente conhecedor. No entanto não há informações suficientes para que se conclua esta ideia. Seria interessante, em próxima oportunidade trabalhar este questionamento.

Uma das questões do questionário tratava sobre a área verde cercada que foi doada para a prefeitura antes da construção do condomínio. Ao perguntar " Você sabia que a área verde que se encontra fora, mas na fronteira do condomínio foi doada para a prefeitura antes da construção do mesmo?", intentava-se saber se os moradores têm conhecimento que esta área não pertence ao condomínio, avaliando o conhecimento dos condôminos em relação ao meio em que vivem.

Nas respostas, 8 pessoas (57,14%) pessoas disseram que nã estavam cientes desta informação enquanto 6 (42,85%) afirmaram que sim. Em seguida foi questionado o que eles gostariam que fosse implementado nesta área, por parte da prefeitura. Esta questão foi proposta para saber um pouco mais sobre o que as pessoas pensam que deva ser feito em uma área verde urbana preservada.

Abaixo a tabela de respostas, sendo que um dos participantes não respondeu esta questão.

Tabela 2. Respostas dos participantes referente à questão sobre a área verde da prefeitura, no limite do condomínio.

Questão: " O que você gostaria que fosse implementado nesta área que agora pertence a prefeitura?"
RESPOSTAS
1) *"Passeios ecológicos monitorados por guias especializados."*
2) *"É algo para se pensar a respeito."*
3) "*Mantivesse preservada."*
4) "*Pode virar uma reserva de plantas típicas da região."*
5) "*Nada."*
6) "*Gostaria que a área fosse limpa e que fizessem um tipo de praça."*
7) "*Não pensei sobre isso, só que preserve."*
8) "*Um parque ecológico."*
9) "*Uma praça ou um parque para que mais pessoas possam usufruir."*
10) "*Árvores frutíferas."*
11) "*Um parque."*
12) "*Poderia ser melhor utilizada, como passeio para crianças de escola. Dessa forma passaria a ter um cuidado melhor com a área."*
13) "*Placas e limpeza."*
14) ----------

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Algumas respostas remetem a uma compreensão de que apenas preservar a área já seja importante, enquanto outras dizem da utilização da mesma por parte das pessoas, seja por vias educativas (com passeios escolares), ou simplesmente por serviços públicos de lazer (como parques e praças). A área é pequena para a implementação de um parque e para transformá-la em área de praça, seria necessário um estudo de manejo para o projeto e manutenção subsequente, de forma a preservar ao máximo a vegetação. Este desejo manifestado pelos participantes, remete à ânsia por proximidade dos elementos naturais, o que com certeza é um aspecto positivo e denota uma transformação de consciência que vem ocorrendo com o cidadão urbano, ainda que carente de clareza sobre a viabilidade de tais ideias ou a melhor forma de concretizá-las.

O local em questão, como testemunhado pela própria autora, encontra-se em abandono por parte da prefeitura. Há muitos casos de despejos de lixo em suas margens e alguns moradores do entorno já invadiram essa área e utilizam-na para criação de galinhas e cavalos. Talvez estas situações possam ser relacionadas com as respostas 12 (*"Poderia ser melhor utilizada, como passeio para crianças de escola. Dessa forma passaria a ter um cuidado melhor com a área."*) e 13 ("*Placas e limpeza."*)

da tabela 2, já que estas se referem a um melhor cuidado com área, à limpeza e à implantação de placas informacionais de identificação da área.

Sobre a quantidade de áreas verdes urbanas públicas em Ribeirão Preto, nenhum participante respondeu que há muitas áreas ou áreas suficientes. A resposta "Há poucas áreas verdes na cidade" foi assinalada 6 vezes, enquanto a resposta "Deveriam haver mais áreas verdes na cidade" foi assinalada 10 vezes. Apenas dois participantes assinalaram ambas as respostas. Nenhum participante assinalou a resposta que dizia não ser importante a preservação destas áreas. Assim todos os participantes dizem haver poucas áreas verdes públicas na cidade e a maioria acredita que deveriam haver mais.

Quando questionados a respeito de quem seria a responsabilidade da preservação das áreas verdes urbanas foram obtidas as respostas da tabela 3.

Tabela 3. Responsabilidade da preservação das áreas verdes urbanas.

Questão: De quem você pensa que é a responsabilidade da preservação de áreas verdes urbanas?
RESPOSTAS:
1) "*Deveria ser da população como um todo, com fiscalização da prefeitura.*"
2) *"De todo cidadão sob responsabilidade e supervisão dos órgãos públicos."*
3) *"Da prefeitura em conjunto com a população."*
4) "*Da prefeitura e da sociedade.*"
5) *"Da população juntamente com o município."*
6) "*De toda população e do poder público.*"
7) "*De todos nós.*"
8) *"De todos."*
9) *"Da prefeitura e dos moradores para que mantenham as áreas urbanas da forma que a prefeitura deixou"*
10) "*Da prefeitura.*"
11) *"Da prefeitura e de todos os moradores."*
12) "*Prefeitura e população.*"
13) *"De todos."*
14) *"Da sociedade como um todo"*

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

A maioria dos participantes respondeu esta questão aberta dividindo a responsabilidade entre os integrantes da sociedade e o os órgãos públicos. Estas respostas demonstram uma compreensão de que, embora haja a responsabilidade por parte do poder público de preservar e manter áreas verdes públicas, este fator

não exclui a responsabilidade da sociedade e se estende a seus cidadãos. Um participante respondeu que considera a responsabilidade da preservação destas áreas exclusivamente da prefeitura. Nenhum participante mencionou órgãos públicos específicos que possam ser os responsáveis para a preservação das áreas verdes urbanas.

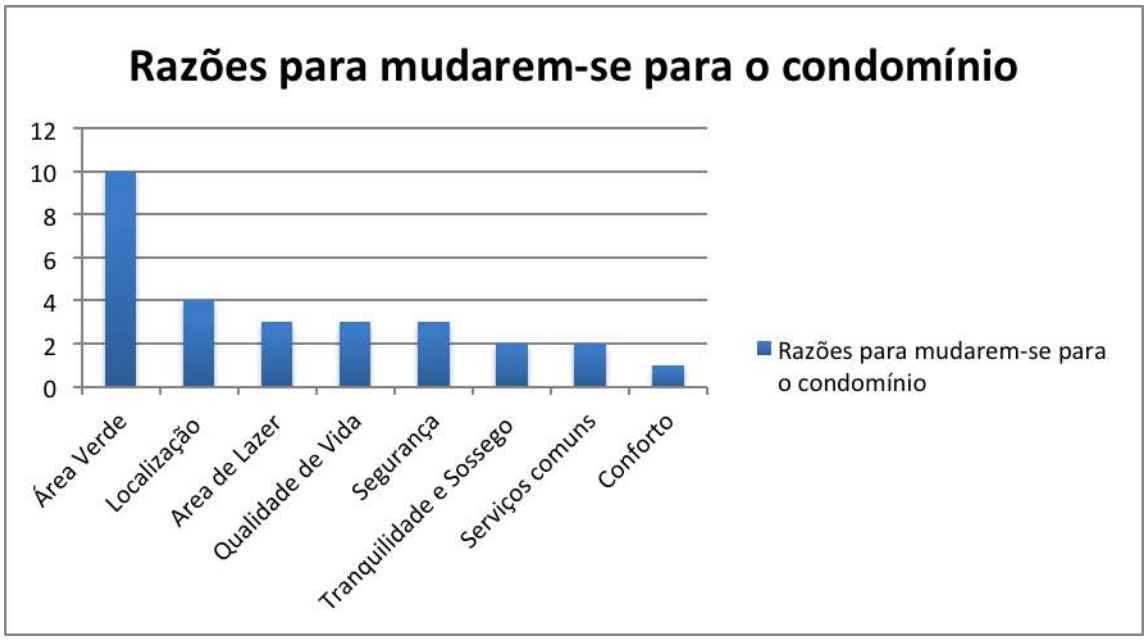
O gráfico 8 traz as respostas dos participantes sobre a qualidade do serviço público na manutenção das áreas verdes urbanas do município. Nenhum participante considerou o serviço público de manutenção de áreas verdes eficiente.

Gráfico 8. Consideração dos participantes sobre a manutenção das áreas verdes da cidade de Ribeirão preto por parte do serviço público.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Abaixo, no gráfico 9, as razões que levaram os participantes a mudarem-se para o condomínio Bosque das Caviúnas, organizadas por quantidade de menções.

Gráfico 9. Razões dos participantes para escolherem mudar para o condomínio Bosque das Caviúnas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Muitos dos participantes citaram mais de uma razão para escolherem viver no condomínio. No entanto a área verde foi a mais mencionada. Além disso, também deve-se considerar a intersecção existente entre área de lazer, os aspectos pertencentes à qualidade de vida, os serviços comuns do condomínio e a área verde.

A ultima questão apresentada tratou das atividades que os participantes gostam de realizar ao visitarem as áreas verdes, tanto públicas, quanto de seu condomínio. Para compor o gráfico 10 foram criados 4 grupos de atividades: Atividades físicas, Descanso, Socialização e Outras. Dentro das do grupo "Atividades físicas" foram englobadas as respostas: "*pedalar", "fazer esportes", "caminhar", "correr", "exercitar-se", "nadar" e "jogar nas quadras"*. Dentro do grupo "Descanso", as respostas: *"descansar na grama", "relaxar", "contemplar as árvores", "escutar os pássaros"*, *"ouvir os insetos" e "sentir ar puro".* No grupo "Socialização" as respostas: *"brincar com filhos", "passear com cachorro", "brincar com família", "bater papo à toa", bater papo com a família", "brincar com filhos", "brincar", "piquenique"* e *"estar com a família ".* Por fim, no grupo "Outras" foram incluídas as respostas: *"meditar", "tomar sol" e "ler".* Entende-se que estas últimas poderiam também ser uma forma de descanso ou lazer, mas por serem atividades mais especificas e com objetivos para além do relaxamento ou descanso, foi optado por agrupá-las como "Outras".

Gráfico 10. Atividades que os participantes realizam ao visitarem áreas verdes urbanas, públicas ou particulares.

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Todavia considera-se que possam ter surgidos dúvidas a respeito do questionário, que devido a ausência da pesquisadora, não fossem esclarecidas, talvez reduzindo a qualidade do desenvolvimento de algumas respostas. Ainda assim,

8. Considerações Finais

Dos aspectos do condomínio mais valorizados pelos participantes, foram destacadas as áreas verdes e de lazer. Embora o aspecto “segurança” tenha sido muito citado.

A Vegetação foi item mais relacionado com o entendimento de meio ambiente, à frente da fauna e dos aspectos físicos do meio. Todos os participantes disseram considerar importante a existência de uma área verde no interior do condomínio e relacionam esta importância com o bem-estar, com qualidade de vida, com qualidade ambiental e com aspectos estéticos e psicológicos.

Todos os participantes disseram frequentar a área verde do condomínio, mas o acesso e usufruto da área verde privada não excluem a visita e o interesse às áreas verdes públicas, que a maioria afirmou também frequentar. Não ficaram claros quais seriam os motivos da pequena parcela que afirmou não frequentar. Isto seria uma questão importante a ser levantada em estudos futuros.

Dos 14 entrevistados, 13 disseram não haver desvantagem na preservação de

áreas verdes, sendo que o único participante que mencionou uma desvantagem falou a respeito da responsabilidade que é erroneamente conferida à administração do condomínio, diante das crianças que brincam sem a vigilância dos pais. O que não chega a ser um fator de desvantagem diretamente relacionado a preservação da área, mas sim de uma necessidade de organização social diante da existência de uma área de lazer privada conjunta.

Todos os participantes concordaram que pessoas com acesso a área verde possuem maior qualidade de vida, principalmente em aspectos relacionados à saúde e bem-estar. Também foi possível constatar que os participantes pensam haver poucas áreas verdes na cidade e que nenhum deles percebe o serviço público de manutenção das áreas como um serviço de qualidade.

Sobre a influência da existência da área verde na decisão dos participantes em viver no residencial, dez dos moradores conferiram valor 10 de importância enquanto dois escolheram valor 8 e dois valor 7, em uma escala de 0 a 10. Estas respostas demonstram que a presença da área verde preservada tem influencia muito alta para as pessoas que optam por viver em um residencial, sendo inclusive citada como a principal das razões entre os participantes, seguida dos fatores “localização”, área de lazer e qualidade de vida, respectivamente.

Sobre as atividades praticadas pelos participantes durante suas visitas às áreas verdes privadas ou públicas, as mais praticadas são as atividades físicas (51%) , seguidas de socialização (22%) com família e amigos, descanso (17%) e outras (10%).

Espera-se, com este estudo, contribuir com os estudos de percepção ambiental relativos á presença de áreas verdes urbanas e incentivar que se desenvolvam práticas de educação ambiental nos ambientes particulares que preservam áreas verdes. Além disso espera-se que a preservação e manutenção das mesmas seja vista como prioridade nas diretrizes das politicas públicas de planejamento urbano.

Considera-se importante um aprofundar destas práticas de educação ambiental também na grade curricular básica de instituições de ensino, estreitando as relações do sujeito urbano com a natureza. Igualmente importante seria o desenvolvimento de pesquisas relativas à um delineamento de técnicas de manejo de áreas verdes urbanas, que após serem bem estabelecidas pudessem ser também contempladas nas leis ambientais tangentes ao planejamento e uso e ocupação do solo na zona urbana.

9. Referências

ADORNO, R.C.F. A Cidade como construção moderna: um ensaio a respeito de sua relação com a saúde e as “qualidades de vida”. *Saúde e Sociedade, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1999.*

BARBOSA, L. A. Faces da produção do espaço urbano em cidades médias: os enclaves residenciais fortificados em Limeira - SP. 2007. 352 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/95696>. Acessado em: 20 de Outubro de 2015.

BERNARD, H.R. Research methods in cultural anthropology, Newbury Park, SAGE Publ., 1988.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 6.938, Artigo 3º, de 31 de Agosto de 1981. Da Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acessado em: 19 de Ago. de 2016.

BERQUE, A. Os rurbanos e a natureza, Le Monde Diplomatique Brasil, 4 de Fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=146>. Acessado em: 10 de Ago. de 2016.

CAVALCANTI, D. C.; PAGANI, M. I.; CARDOSO-LEITE, E. Percepção ambiental da população do entorno de um córrego em área urbana, Rio Claro/SP. Artigos do I Fórum de Debates sobre Ecologia e Planejamento Ambiental da Paisagem, Rio Claro/SP, v. 1, p. 1-5, 2000.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: Anais... 1o Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana e 4o Encontro Nacional sobre Arborização Urbana. Vitória, ES, p. 29-38. , 1992.

CISOTTO, M. F.; VITTE, A. C. O consumo da natureza no novo padrão de ocupação urbana. Rev. Geografia em Atos, Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 10, v.1, p 26-39, 2010.

DACANAL, C. Acesso Restrito: reflexões sobre a qualidade ambiental percebida por habitantes de condomínios horizontais. In: I Encontro Pós Graduação em Geografia, 2004, Rio Claro, SP. I Encontro Pós-graduação em Geografia, v. 1, 2004.

ECKERT, C. A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. Antropologia, saúde e envelhecimento [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Antropologia & Saúde collection, pp. 73-102. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/30093>. Acessado em: 19 de Setembro de 2016.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES M. A. S. e SOARES B.R. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes nas cidades médias brasileiras. UNESP – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

GUIDUCCI, R. A cidade dos cidadãos. São Paulo, Brasiliense, 1980

GUZZO, P. Cadastro Municipal de Espaços Livres Urbanos de Ribeirão Preto (SP): Acesso Público, Índices e Base para Novos Instrumentos e Mecanismos de Gestão. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, v.1, n.1, 2006.

GUZZO, P. Estudo dos espaços livres de uso público da cidade de Ribeirão Preto/SP, com detalhamento da cobertura vegetal e áreas verdes de dois setores urbanos. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente), UNESP – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em:< http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122 > . Acessado em: 13 de Dez. de 2015.

LIMA, A. M. L.P; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUSA, M.A.L.B.; FIALHO, N. DEL PICCHIA, P.C.D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Anais do II Congresso de Arborização Urbana. São Luís - MA, p 539-553, 1994.

LOBODA, C.; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. Ambiência, Guarapuava, v. 1, n. 1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

LOMBARDO, M. A. Ilha de Calor nas Metrópoles: o exemplo de São Paulo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1985.

LONDE P.R.; MENDES P.C. A influência de áreas verdes na qualidade de vida urbana. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde , Uberlândia , MG, Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

MANCINI, G. A., Avaliação dos custos da urbanização dispersa no Distrito Federal. Mestrado em planejamento urbano. UNB, 2008.

METZGER, J.P. Estrutura da Paisagem e Fragmentação: Análise Bibliográfica. Anais da Academia Brasileira de Ciências, 1999.

MONTEIRO, M. G. M.; TETTO, A. F.; BIONDI, D.; SILVA, R. R. de S. Percepção dos usuários em relação à arborização da avenida Cândido de Abreu – Curitiba – PR. REVSBAU, Piracicaba, v.8, n.2, p.20-34, 2013.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e uma proposta metodológica para estudos comparativos. *Revista brasileira de estudos populacionais*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007.

PANASOLO A., SILVA J.C.G., PETERS E.L., DOS SANTOS A.J., Áreas Verdes Urbanas Privadas de Curitiba: Uma proposta de Valorização para Conservação (Estudo de Caso); Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, Goiânia, 2014.

QUADROS, L. S. de; FREI, F. Percepção ambiental dos residentes da cidade de Assis - SP com relação à arborização viária da Avenida Rui Barbosa. REVSBAU, Piracicaba, v. 4, n .2, p.16 - 34, 2009.

RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). Percepção ambiental: a experiência brasileira. 2 ed. São Paulo: UFSCAR/Studio Nobel, 1999.

SALATINO, A. Nós e as plantas: ontem e hoje. Revista Brasileira de Botânica, São Paulo, v.24, n. 4 (suplemento), p. 483-490, 2001.

SANTOS, M. Espaço do cidadão. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1997

SERRÃO, S. M. Para além dos domínios da Mata*:* Uma discussão sobre o processo de preservação da Reserva da Mata Santa Genebra, Campinas SP. Annablume, 2007.

SHAMS, J. C. A.; GIACOMELI, D. C.; SUCOMINE, N. M. Emprego da arborização na melhoria do conforto térmico nos espaços livres públicos. REVSBAU, Piracicaba, n. 4, v. 4, p. 1 - 16, 2009.

TOLEDO, F.S; SANTOS, D.G. Espaços Livres de Construção. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, Piracicaba, SP, v.3, n.1, p. 73-91, mar. 2008.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas espaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.